

O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA COMO FORMA DE COMBATE À EXCLUSÃO SOCIAL E EMPODERAMENTO NA EJA

Liliane Santos Rosa¹

Resumo: Este estudo busca investigar sobre o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa na EJA, com o intuito de analisar os principais aspectos que ensejam o desenvolvimento social e cultural do sujeito, como fator de emancipação, combate à exclusão e protagonismo das pessoas jovens, adultas e idosas. Considerando que as práticas de letramento são essenciais para o desenvolvimento sociocultural dos sujeitos, favorecendo todos os contextos da vida humana, a educação surge como mola-mestra no sentido de empoderar o ser humano, oportunizando o exercício ativo e crítico -reflexivo da cidadania e dos direitos, emergindo, portanto, a extrema importância do ensino-aprendizagem de Língua Materna na EJA, como arcabouço emancipatório para esses estudantes. Afinal, quem detém o direito ao letramento? Para o desenvolvimento do trabalho, serão utilizados estudos bibliográficos, citando alguns autores como: Arroyo (2012), Paulo Freire (2002), Agamben (1978), Cruz (2012), Berth (2019), Ribeiro (2017), documentos legais como a Constituição Federal (1998), Lei das Diretrizes e Bases (1996), etc. Assim, serão abordados aspectos do protagonismo no ensino de leitura e escrita na EJA, exercício de direito, além de focar o papel do professor como mediador de aprendizagem para esses sujeitos, que não tiveram acesso a uma educação de qualidade em idade própria.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa 02: Letramento, Identidades e Formação de Educadores. Orientadora: Profa. Dra. Carla Meira Pires de Carvalho. Endereço eletrônico: lya.girl@hotmail.com.

Palavras-chave: EJA. Língua Materna. Emancipação e Direitos.

INTRODUÇÃO

Como professora da Educação de Jovens e Adultos (EJA) sempre me preocupei com esses sujeitos, que são tidos como pessoas marginalizadas, desinformadas e incapazes de aprender, isso de acordo com pensamento preconceituoso do poder hegemônico. Entretanto, como educadora atuante há aproximadamente 17 (dezessete) anos na EJA, percebo o quanto eles têm a ofertar à sociedade em experiência de vida e conhecimentos práticos e cotidianos.

No Brasil, é urgente a necessidade de garantir a Educação de Jovens e Adultos, enquanto direito. Todavia, o que se observa na realidade fática é um verdadeiro abandono dessa modalidade, inexistência ou ineficácia de políticas públicas destinadas a esses sujeitos de direito. Nesse sentido, as Diretrizes trazem a problemática da exclusão, defasagem educacional, analfabetismo funcional, causando-lhes a negativa de direitos básicos a essas populações, reforçando assim, “a exclusão social, privando largas parcelas da população ao direito de participar dos bens culturais, de integrar-se na vida produtiva e exercer a cidadania. (BRASIL, 2013, p.40)

Assim, os sujeitos da EJA precisam ser notados como seres importantes no processo de construção da sociedade, como sujeito críticos, reflexivos, empoderados e protagonistas da sua própria história. Esse trabalho, portanto, engloba algumas noções de empoderamento na prática educativa, especialmente no tocante à

disciplina de Língua Portuguesa e como isso reverbera também no âmbito externo à escola.

1 CAMINHOS DA PESQUISA E SUA INSERÇÃO NO CAMPO DE CRÍTICA CULTURAL

Quando resolvi me inscrever em um processo seletivo para mestrado, inicialmente houve uma dúvida sobre qual seria meu objeto de pesquisa, porém, por conta de um diálogo com uma estudante da EJA, turno noturno do Município de Mata de São João, no qual a referida aluna confessou que gostaria de prosseguir seus estudos e se tornar uma médica veterinária. Emocionei-me com aquele discurso cheio de sonhos e projetos para um futuro tão próximo e imediato, e decidi escrever sobre a temática da Educação de Jovens e Adultos no município de Mata de São João (BA), Região Metropolitana de Salvador. A temática escolhida envolve o ensino-aprendizagem de língua materna numa perspectiva, emancipatória, como elemento preponderante para cidadania e exercício dos seus direitos.

Resolvi desenvolver esta pesquisa por perceber (como professora de EJA há 17 anos) que os alunos dessa modalidade de ensino necessitam de um olhar diferenciado no campo de suas aprendizagens, ao tempo em que são excluídos pela sociedade, no sentido de os visualizarem como pessoas incapazes de aprender, em contrapartida a essa visão hegemônica preconceituosa, percebe-se que eles são extremamente inteligentes e possuem experiências e conhecimentos que podem contribuir muito no ambiente educativo, haja vista que a escola é local favorável ao movimento de trocas e aprendizagens múltiplas. E como já foi mencionado em trabalhos anteriores, embora estejamos enfrentando um momento pandêmico, os estudantes de EJA apresentam vontade expressa de modificarem a realidade social,

visando conclusão de seus estudos no ensino fundamental e no ensino médio, e também o nível superior.

No que tange à metodologia, o trabalho compreende uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de coletar dados teóricos que permitirão um conhecimento sobre o ensino de língua materna, com ênfase no letramento de Jovens e Adultos numa escola pública da rede municipal de Mata de São João (BA). A pesquisa ainda se encontra em andamento, entretanto já foram realizados alguns itens propostos no método de trabalho, a saber: autobiografia com alguns discentes e estudo bibliográfico de alguns autores como: Paulo Freire, Miguel Arroyo, Maria de Fátima Berenice, Grada Kilomba, Agamben, Joice Berth, Jeruse Romão, dentre outros que fomentam o debate sobre a temática em comento, além de legislações como: Constituição Federal, Lei das diretrizes e Bases (LDB), Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos, que asseguram o direito à educação a todos, incluindo jovens e adultos.

Neste trabalho, será abordado alguns aspectos que permeiam o empoderamento na EJA, definições relevantes, ressaltando sempre o pressuposto basilar da pesquisa em tela que se remete ao aluno da EJA e seu protagonismo, utilizando a língua materna na sua interface cultural e social, viva e dinâmica.

2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: BREVES CONSIDERAÇÕES

Conforme dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96, a EJA (Educação de Jovens e Adultos) é uma modalidade de ensino, que visa oportunizar a formação escolar para aqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de concluir o ensino fundamental ou médio nas idades apropriadas. A

Constituição de 1988, no seu art. 208, inciso I, assegura o acesso ao ensino fundamental gratuito, inclusive àqueles que a ele não tiveram acesso na idade própria. Esse dispositivo constitucional determina, portanto, o dever do Estado de promover a educação de jovens e adultos.

Conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 9394/96, a União, os Estados e Municípios deverão se encarregar de oferecer gratuitamente aos que não tiveram acesso, oportunidade para que essa clientela possa completar seus estudos por meio de cursos e exames. Além disso, os sistemas de ensino deverão reconhecer os conhecimentos e habilidades adquiridas, através de exames propostos pelo MEC.

De acordo, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), a EJA tem a função de propiciar a eliminação das discriminações para fortalecimento de uma sociedade mais justa e menos desigual, resultando na inclusão do grupo de brasileiros vítimas da história excludente de nosso país. Essa modalidade de ensino é concebida como representação de uma dívida social a ser reparada, assumindo a tarefa de estender a todos o acesso e domínio da escrita e da leitura como bens sociais interna ou externamente à escola.

Apesar do conjunto de legislações que tutelam o ensino de pessoas jovens, adultas e idosas; a realidade é extremamente alarmante e contraditória, principalmente em tempos pandêmicos, essa modalidade de ensino sofre maciçamente o perigo de extinção, tendo em vista a pouca procura em virtude de diversos fatores dos quais arriscamos citar: violência, desemprego, desavenças familiares, pais e mães não têm com deixar seus filhos menores, etc.

Nesse cenário, é que emerge a educação como transformação de realidades existenciais tão complexas. Escrever

sobre a EJA, sobretudo militar na EJA e para EJA, é enveredar por um caminho de luta, conscientização, reflexão, politização. E pensando nesses sujeitos que em sua extensa maioria, negros e pardos, classe social baixa, mulheres, mães, trabalhadores e trabalhadoras que percebem um salário-mínimo ou até abaixo do mínimo, soldo este incapaz de garantir as necessidades básicas para sua família, que procuro realizar essa pesquisa encarnada, embebida de desafios e superações, lutas e vitórias, choros e alegrias, no sentido de contribuir para melhorar aspectos pedagógicos na vida e na aprendizagem de tais sujeitos.

2.1 QUEM SÃO ESSES SUJEITOS DA EJA?

Os estudantes da EJA geralmente compõem um grupo heterogêneo: donas de casa, aposentados, mães, trabalhadores da construção civil, fábricas, lojas, hotéis, pousadas. Enfim, pessoas de várias idades, conforme destaca Claudia Regina de Paula em sua obra “Educação de Jovens e Adultos: a educação ao longo da vida”

A diversidade de sujeitos na EJA é uma característica central e bastante definidora dos objetivos político-pedagógicos (...) —Essa diversidade se constitui segundo distintas características que se desdobram principalmente em diferentes interesses, buscas e vocações. A diversidade pode ser: etária (adolescentes, jovens, adultos, idosos); de gênero (homens, mulheres); étnica (negros, mestiços, indígenas, brancos); culturais (agricultores, pescadores, artesãos, operários). (PAULA, 2011, p. 50)

Convém salientar que a população da EJA é composta em sua maioria por pessoas negras, com um perfil de exclusão, violência e histórico de abandono, pobreza e desemprego. Por conseguinte, nada mais coerente do que revistarmos a história da educação do

negro no Brasil. Jeruse Romão organiza uma coletânea demarcando os aspectos da História da Educação do Negro, inclusive há um artigo que aborda justamente sobre a EJA. Vejamos:

A educação de jovens e adultos nos tempos atuais tem se construído como desvelamento das mazelas da exclusão a que são submetidos milhares de pessoas. Olhar para um jovem ou um adulto não alfabetizado é buscar um “acerto de contas” com a história que permitiu a existência dessa situação. (ROCHA, 2005, p.215)

A pensadora prossegue seu discurso destacando que muitos jovens e adultos adentram à escola, porém o contexto de sala de aula não corresponde à realidade e não consideram o que era significativo na vida deles.

A abordagem étnico-racial tem que ser valorizada na EJA ou em quaisquer modalidades no âmbito escolar. Haja vista que o espaço educativo deve ou deveria ter como missão precípua o respeito às diferenças sejam elas físicas, sociais, políticas, culturais, etc.

Uma escola que leva em conta as diferenças étnico-raciais não se mede apenas pelo conhecimento socializado, mas pela solidariedade humana, consciência social, repúdio ao preconceito de toda ordem e às práticas de discriminação. O fundamento está na capacidade de dialogar com as diferenças, experimentando novas formas de trabalhar, aprender e participar. (ROCHA, 2005, p. 216)

Um ponto interessante proposto por Rocha (2005, p. 216) é o seguinte: “O fato de sermos herdeiros de uma educação de matizes culturais europeus faz com que outros grupos étnicos sejam desconsiderados e suas especificidades abortadas”. Extrai-se

dessa afirmação a visão do ensino como um todo tem um parâmetro já predefinido, inclusive o ensino de língua portuguesa, por vezes engessado por regras assíncronas da gramática normativa, padronizada e que não dá possibilidade de um trabalho voltado para prática linguística dos seus falantes, seu modo de ser, de agir na sociedade. Uma educação que, infelizmente, menospreza as potencialidades dos estudantes de EJA.

Isso posto, ansiamos uma educação integral que valorize as identidades dos seus sujeitos, principais atores do processo educativos (os alunos), numa perspectiva emancipadora, crítica, reflexiva, como bem sugeriu o grande mestre Paulo Freire, grande ativista da EJA e da educação popular. E para isso se solidificar, é necessário romper com o pensamento eurocêntrico e hegemônico implementado e enraizado no Brasil há muito tempo. Convém trazer à existência o empoderamento de jovens, adultos (as), idosos (as), negros (as), mulheres e homens que compõem a EJA.

3 CONCEITO DE EMPODERAMENTO: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E HISTÓRICAS

Na concepção de Joice Berth, a palavra empoderamento é neologismo “que significa, grosso modo, dar poder” (2019, p.18). Se realmente analisarmos a raiz da palavra de formação parassintética (prefixal e sufixal ao mesmo tempo), perceberemos nela a interseção com o vocábulo poder.

De qualquer sorte, a autora supracitada enfatiza: diferentemente do que propuseram muitos teóricos, o conceito de empoderamento é instrumento de emancipação política e social e não se propõe a “viciar” ou criar relações paternalistas, assistencialistas ou de dependência entre indivíduos, tampouco

traçar regras homogêneas de como cada um pode contribuir e atuar para as lutas dentro dos grupos minoritários. (BERTH, 2019, p. 22).

A partir da citação acima, entende-se que a noção de empoderamento se dá nas esferas políticas e sociais e reverbera nas formas de abordagens e percepções dos grupos subalternizados, que por vezes são silenciados em suas falas ou então apesar de se pronunciarem suas reivindicações não são ouvidas na sua totalidade, sendo coibidas de mostrarem suas essências, seus pensamentos pela inércia de uma classe dominante e dominadora.

Ainda citando a pensadora Berth (2019, p. 19), no seu livro “Empoderamento: feminismos plurais”, ela destaca: “Empoderar, dentro das premissas sugeridas, é antes de tudo, pensar em caminhos para reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo concomitantemente com o que está posto, entendendo ser esta a formação de todas as vertentes opressoras que temos visto ao longo da História”. Mais adiante, a autora cita o entendimento de Cecilia M. B. Sardenberg acerca da noção do termo empoderamento.

O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até à resistência, protesto e mobilização coletivos, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados

contextos. (BERTH, 2019, p, 23, apud SARDENBERG, 2018)

Ainda seguindo as concepções da pensadora Berth, quando nos referimos ao termo empoderamento, especialmente nos dias atuais, parecemos nos deparar com um termo “complexo, distorcido”, não compreendido por muitos, segundo ela, por conta de um debate que não leva em conta a criticidade sobre a temática abordada. E, por isso, o termo está sendo alvos de críticas ferrenhas no remete à teoria.

Em contraposição, há trabalhos realizados com profundidade técnica e com seriedade e profissionalismo. Para tanto, a escritora pontua uma definição interessante sobre teoria do Empoderamento, que serve como ponto de partida para as reflexões:

O empoderamento é um construto que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de ajuda e comportamentos proativos com políticas e mudanças sociais”. Trata-se, aqui, da constituição de comunidades responsáveis, mediante um processo no qual os indivíduos que as compõem obtêm controle sobre suas vidas, participam democraticamente no cotidiano de diferentes arranjos coletivos e compreendem criticamente seu ambiente. (BERTH, 2019, p. 31 apud Perkins e Zimmerman (1995, p. 1).

Há percepção de que existe uma proximidade entre empoderamento e autonomia, isso porque como bem atesta (LÉTTI, 2015 p, 15): “Autonomia se refere à capacidade do sujeito, ou dos grupos, de decidirem sobre questões relacionadas à sua vida e escolher entre os vários caminhos que podem seguir, dentro das várias esferas de ação. ". Sendo assim, comprova-se a interrelação

de empoderamento com a pedagogia defendida por Freire em seus escritos.

Acredito no empoderamento como forma de romper formas de silenciamento imposto pela sociedade opressora, prioritariamente quando se trata de jovens e adultos. Como bem destaca Arroyo:

Mostram-se presentes, existentes, reagindo ao seu silenciamento e ocultamento. Reagindo às formas de ser pensados e tratados, de ser subordinados nas relações de poder, dominação (2012, p.37).

Percebe-se que Arroyo dialoga com Djamila Ribeiro (2017) e Grada Kilomba (2019) quando ambas abordam a questão do subalterno ter lugar fala. Discutir sobre EJA é também está embutido num terreno de desigualdades, subalternidades, marginalidade social, onde o lugar de fala é tensionado, problematizado, porém são vítimas de um sistema de poder que “tenta” calar a voz das massas, porém mesmo violados, por vezes enfraquecidos pela opressão sistemática dos “detentores do poder”, esses sujeitos vão à luta , é metaforicamente uma luta desarmada dos subalternos tão bem explanado no texto brilhante do Professor Doutor Osmar Moreira.

Concernente a essa questão, Santos (2016), em seu livro *A luta desarmada dos subalternos*, fala sobre a importância da linguagem enquanto lugar de resistência, e considera esta como parte fundamental na vida do sujeito até mesmo para evitar que estes sejam excluídos da sociedade ou tenham seus direitos negados.

A pobreza absoluta, mais do que a condição humana submetida à ausência do básico para sobreviver, seria estar desprovido do exercício da linguagem para

enunciar-se e abrir-se a historicidades” (SANTOS, 2016, p.81).

Nesse caso, fica evidente o papel da linguagem como agente de luta, resistência, dinamismo e histórias vivas. Afinal, os povos subalternizados podem e devem falar, ainda que em baixa intensidade, suas vozes serão ecoadas, que ouçam ou deixem de ouvir. Trazendo para nossa temática, os sujeitos da EJA têm muito a dizer e contribuir no seu próprio processo de ensino-aprendizagem.

3.1 EMPODERAMENTO NA EJA: QUE EMPODERAMENTO É ESSE?

Já foram discutidas sobre as noções iniciais e conceituais acerca do empoderamento em linhas gerais, nesse tópico dissertaremos especificamente sobre empoderamento dos sujeitos de EJA.

O empoderamento nas classes de EJA está imbricado a algumas peculiaridades, já que foi (como foi dito), as classes dessa modalidade de ensino são heterogêneas. Nesse sentido, é perceptível que não há um empoderamento apenas, mas vários empoderamentos que somando formarão um todo.

Nessa perspectiva, teremos o empoderamento do negro/ da negra, da mulher (mãe-solo, vítima de violências domésticas, relacionamentos abusivos), trabalhadores /as, desempregados/as. Sendo que todos esses subgrupos almejam sua melhoria de vida e sua emancipação através dos estudos.

Neste trabalho, procuro escrever genericamente sobre esse “empoderar”, pois percebo a relevância de todos no processo formativo desses estudantes. Na oportunidade, destacar o ensino

de língua materna como de extrema relevância para o ensino-aprendizagem, o que perpassa por trabalho docente cuidadoso e diferenciado.

É preciso considerar as linguagens das massas, até porque a língua é produto social importantíssimo para construção/desenvolvimento do sujeito. É daí que emerge o empoderamento na EJA, numa perspectiva de autonomia, que se remete à capacidade do sujeito ou grupo de tomarem decisões interrelacionadas à sua vida, a escolha de caminhos a seguir entre vários existentes. Na concepção de Viviane Silva, “para a reconstrução de uma nova sociedade, nós educadores devemos ter essas ideias emancipadoras não só nas nossas reflexões, mas na nossa prática...” (SILV, (2008, p. 57). A autora ainda complementa sua ideia enfatizando que a transformação social só poderá ser alcançada através da educação.

A abordagem de AGAMBEN (1978) para o ensino-aprendizagem na EJA é de suma importância, visto que destaca a importância da história do indivíduo e a relação com a experiência da vida do ser humano, o que coaduna com o sujeito tornar protagonista da sua própria história. Para isso, devemos criar condições que os nossos alunos recriem a sua própria cultura e sua própria história, não a vendo como algo feio, inferior. Sem essa reapropriação de seu capital cultural, a tão sonhada sociedade justa fica praticamente impossível de ser implementada na realidade prática.

Emancipação, protagonismo tem tudo a ver com empoderamento, vejamos:

Portanto, o empoderamento na perspectiva emancipatória traz a educação como forte aliada para esse processo, pois ter o domínio dos códigos linguísticos potencializa as pessoas idosas a lutarem

contra as condições de exclusão social, isso porque quando o sujeito das camadas populares efetivamente se empoderam deixa de se posicionar como um excluído. (MACHADO, 2017, p. 141 apud FREIRE; MACEDO, 1990).

É comum encontrarmos em salas de aula, por meio de observações até mesmo despreziosas, que as turmas de EJA, em sua maioria são compostas pelo público feminino. Mulheres sofridas, maltratadas pelo sistema, subalternizadas, mas que resistem. E mais: veem na escola uma saída propícia para mobilidade social, aquisição de letramentos diversos: escrita, leitura, noções de cálculos e sobretudo exercício da cidadania e do direito que lhe é devido e disposto em legislações federais, estaduais e municipais.

Convém ressaltar a educação como forma de combate à violência, visto que, alunos jovens de EJA, notadamente em Mata de São João, local onde já estou desenvolvendo preliminarmente a pesquisa, são assassinados de forma brutal. O que se pode notar, é que a maioria dessas vítimas são adolescentes e jovens negros. Nessa ambiência, convém a indagação: “Como a escola, enquanto instituição promotora da paz social, pode contribuir para minimizar a violência prevenindo o óbito de pessoas em tão tenra idade? “. Por óbvio, não temos uma resposta exata e certa, mas acredito que ela perpassa pelo ensino emancipatório, empoderador das minorias raciais e gênero, numa perspectiva crítica e reflexiva da realidade onde essas populações estão inseridas, num enfoque freiriano que diz: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p. 67), coadunando com a ideia do mesmo autor: “A leitura de mundo precede a leitura de palavra” (FREIRE, 1989, p.9).

CONCLUSÃO

Conclui-se sobre O Ensino De Língua Materna Emancipatória e do Empoderamento na EJA, que podemos assinalar: no caso das Turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), para que o ensino da língua se apresente como instrumento de luta para os alunos, terá que ser um ensino baseado em fundamentos emancipatório, que tendo como objetivo principal tornar o povo “oprimido” e subalternizado como capaz de participar na transformação sócio-histórica do seu país, numa perspectiva freiriana. É importante ressaltar que a abordagem da língua padrão deve ser realizada de maneira não discriminativa, isto é, não excluir a linguagem do cotidiano dos estudantes da EJA, retirando da classe dominante o controle exclusivo da arma poderosa que possuímos, denominada “linguagem”.

Este trabalho, portanto, configura-se como relevante para os educadores e futuros educadores, pois oportuniza a reflexão sobre o ensino da língua materna, sendo que outrora era concebido apenas como um ensino de memorização das regras gramaticais, com frases descontextualizadas, com discurso hegemônico e preconceituoso de que os nossos alunos e alunas de EJA falam “errado”, por isso escrevem “errado”, reforçando sentimento de insegurança nessas pessoas com relação à aprendizagem da língua. Mas, trazendo possibilidades de um ensino da língua como um instrumento de luta para os alunos das camadas populares, no nosso caso das classes de EJA através de textos significativos, onde eles possam discuti-los e reescrever seus próprios textos de forma competente sem ter sentimento de medo ou de achar que a língua portuguesa é extremamente complicada. Precisamos desmistificar a ideia de que ensino de língua portuguesa constitui uma aula sem criticidade, distante da realidade do educando.

É urgente que se trabalhe com noções reais do cotidiano do aluno, afinal eles têm muito a dizer e nos ensinar. Nessa perspectiva, o processo de empoderamento das classes populares (nas quais a EJA está inserida), conforme Paulo Freire (2002) o compreendia, tem como pressuposto que esses sujeitos ao se apropriarem da cultura letrada são instigados pela ação pedagógica a terem consciência de suas ações no/com mundo e, assim, lutarem por mudanças sociais contra toda forma de omissão, opressão e injustiça social, em tom de ato de resistência. Para tanto, é necessário que os aspectos de letramento (processo de leitura, escrita) seja um processo que ultrapasse a mera repetição ou decodificação de palavras ou letras, no qual o leitor deve dialogar com os discursos existentes na sociedade conforme pensamentos de Freire (2000) e de Cruz (2012).

Entendemos que o papel principal da educação, prioritariamente de Jovens, (as) e idosos (as) é contribuir para que as pessoas adotem uma nova postura com relação ao seu próprio lugar de fala. O trabalho pedagógico, então, deve se concentrar nas realidades de vida social mais imediatas. Através da educação emancipatória tem-se o desenvolvimento de uma conscientização focada no interesse do aluno pela preservação de memória, cultura, identidade, linguagem e construído de forma participativa, visando o empoderamento desse público.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Infanzia e storia: distruzione dell'esperienza e origine della storia; 1978). ISBN: 85-7041-459-5.
- ARROYO, Miguel. *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

- BERTH, Joice. *Empoderamento: Feminismos Plurais*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BRASIL. *Lei Das Diretrizes E Bases Da Educação Nacional*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 out. 2022
- BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 10 out. 2022
- BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica* / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral.: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- CRUZ, Berenice Maria de Fátima. *Leitura literária na escola: desafios e perspectivas em um leitor* / Maria de Fátima Berenice da Cruz. – Salvador: EDUNEB, 2012
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- LÉTTI, Mariana Marlière. Empoderamento de alunos da EJA por meio da compreensão sistemática das leis de amparo às minorias sociais. Brasília: UNB, 2015.
- MACHADO, Cássia Cilene de Almeida Chalá. *O empoderamento de idosos na escolarização da EJA do núcleo de estudos da terceira idade/UFSC* / Cássia Cilene de Almeida Chalá Machado; orientadora, Profa. Dra. Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin, 2017.
- PAULA, Claudia Regina de. *Educação de Jovens e Adultos: a educação ao longo da vida*. Curitiba: Ibpex, 2011.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.
- ROMÃO, Jeruse. *História da Educação do Negro e outras histórias/Organização: Jeruse Romão*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.
- SANTOS, Osmar Moreira dos. *A luta desarmada dos subalternos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- SILVA, Viviane Fernandes Fraga da. *Alfabetização e linguagem: o ensino da língua materna aos alunos de EJA numa perspectiva emancipadora*. Salvador: UFBA, 2008.

